



**Votener – Votorantim Comercializadora
de Energia Ltda.**

**Demonstrações financeiras em 31 de dezembro
de 2020 e relatório dos auditores
independentes**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Quotistas
Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Empresa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Partes relacionadas

Chamamos a atenção para a Nota 11 às demonstrações financeiras, que descreve que a Empresa mantém saldos e operações comerciais em montantes significativos com partes relacionadas nas condições nela descrita. Dessa forma, as demonstrações financeiras devem ser analisadas nesse contexto. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Empresa é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Empresa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Empresa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Empresa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Empresa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Empresa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Votener - Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 29 de março de 2021

PRICEWATERHOUSECOOPERS

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'CEM'.

Carlos Eduardo Guaraná Mendonça
Contador CRC 1SP196994/O-2



Índice

Demonstrações financeiras

Balço patrimonial	5
Demonstração do resultado	6
Demonstração do resultado abrangente	7
Demonstração das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstração dos fluxos de caixa	9

Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras

1	Considerações gerais	10
1.1	Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020.....	10
2	Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis	11
2.1	Base de apresentação	11
2.2	Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras	11
3	Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB	11
3.1	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Empresa	11
3.2	Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa	12
4	Estimativas e julgamentos contábeis críticos	12
5	Gestão de risco financeiro	13
5.1	Fatores de risco financeiro	13
5.2	Estimativa do valor justo	14
5.3	Demonstrativo da análise de sensibilidade	16
6	Instrumentos financeiros por categoria	17
7	Qualidade de créditos dos ativos financeiros.....	18
8	Caixa e equivalentes de caixa	18
9	Contas a receber de clientes	18
10	Tributos a recuperar	20
11	Partes relacionadas	20
12	Contratos futuros de energia	23
13	Imobilizado	23
14	Intangível.....	25
15	Arrendamentos	25
16	Fornecedores.....	26
17	Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	26
18	Provisões	27
19	Capital social.....	28
20	Receita	28
21	Abertura do resultado por natureza	29
22	Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	30
23	Resultado financeiro líquido.....	30
24	Benefícios de plano de pensão.....	31
25	Seguros	31

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.

Balço patrimonial

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019		Nota	2020	2019
Ativo				Passivo e patrimônio líquido			
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	8	67.362	37.630	Arrendamentos	15 (b)	873	1.346
Contas a receber de clientes	9	396.925	444.581	Fornecedores	16	372.106	393.159
Tributos a recuperar	10	5.232	6.964	Salários e encargos sociais		15.188	11.021
Contratos futuros de energia	12	49.293		Tributos a recolher		7.623	8.250
Partes relacionadas	11		27.122	Contratos futuros de energia	12		54.341
Outros ativos		606	22.250	Receita diferida - obrigação por performance			31.782
		<u>519.418</u>	<u>538.547</u>	Outros passivos		8.468	1.414
						<u>404.258</u>	<u>501.313</u>
Não circulante				Não circulante			
Realizável a longo prazo				Arrendamentos	15 (b)	805	2.831
Tributos a recuperar	10	430	430	Provisões	18	1.313	1.325
Contratos futuros de energia	12	8.602	29.267	Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)	6.805	
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17 (b)		13.530	Obrigações trabalhistas		13.782	6.206
Outros ativos			10			<u>22.705</u>	<u>10.362</u>
		<u>9.032</u>	<u>43.237</u>				
Investimentos			109	Total do passivo		<u>426.963</u>	<u>511.675</u>
Imobilizado	13	33.012	34.244	Patrimônio líquido			
Intangível	14	2.419	2.391	Capital social	19	104.383	53.383
Direito de uso sobre contratos de arrendamentos	15 (a)	1.554	4.070	Reservas de lucros		34.089	57.540
		<u>46.017</u>	<u>84.051</u>				
				Total do patrimônio líquido		<u>138.472</u>	<u>110.923</u>
Total do ativo		<u><u>565.435</u></u>	<u><u>622.598</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>565.435</u></u>	<u><u>622.598</u></u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Receita líquida da venda de energia e dos serviços prestados	20	3.548.005	4.192.510
Custo de compra de energia e dos serviços prestados	21	(3.537.946)	(4.078.045)
Lucro bruto		10.059	114.465
Receitas (despesas) operacionais			
Gerais e administrativas	21	(87.877)	(80.810)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	22	83.952	(56.354)
		(3.925)	(137.164)
Lucro (prejuízo) operacional antes das participações societárias e do resultado financeiro		6.134	(22.699)
Resultado de participações societárias			
Equivalência patrimonial		(489)	
		(489)	
Resultado financeiro líquido	23		
Receitas financeiras		9.844	96.224
Despesas financeiras		(18.235)	(115.167)
		(8.391)	(18.943)
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.746)	(41.642)
Imposto de renda e contribuição social			
	17 (a)		
Correntes		(370)	(12.366)
Diferidos		(20.335)	23.077
Prejuízo do exercício		(23.451)	(30.931)



Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro
Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Prejuízo do exercício	(23.451)	(30.931)
Total do resultado abrangente do exercício	(23.451)	(30.931)

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
 Demonstração das mutações do patrimônio líquido
 Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	Reservas de lucros			Lucros (prejuízos) acumulados	Patrimônio líquido
		Capital social	De incentivos fiscais	Retenção		
Em 1º de janeiro de 2019		53.383	4.232	84.239		141.854
Prejuízo do exercício					(30.931)	(30.931)
Absorção de prejuízo				(30.931)	30.931	
Em 31 de dezembro de 2019		53.383	4.232	53.308		110.923
Aumento de capital social	1.1 (a)	51.000				51.000
Prejuízo do exercício					(23.451)	(23.451)
Absorção de prejuízo				(23.451)	23.451	
Em 31 de dezembro de 2020		104.383	4.232	29.857		138.472

Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda.
Demonstração do fluxo de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro
 Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Nota	2020	2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(2.746)	(41.642)
Ajustes de itens que não representam alteração de caixa e equivalentes de caixa			
Atualização monetária de provisões		38	109
Equivalência patrimonial		489	
Depreciação e amortização	21	4.794	4.580
Ajuste a valor presente de arrendamentos	15 (b)	263	633
Reversão de provisões trabalhistas			(1.124)
Provisão (reversão) de perda esperada de crédito	9 (a)	1.998	(445)
Contratos futuros de energia	12	(82.969)	67.048
		<u>(78.133)</u>	<u>29.159</u>
Decréscimo (acrécimo) em ativos			
Contas a receber de clientes		45.658	201
Tributos a recuperar		1.732	1.627
Partes relacionadas		27.122	206.275
Demais créditos e outros ativos		21.274	(21.020)
Acrécimo (decrécimo) em passivos			
Fornecedores		103.795	(1.683)
Salários e encargos sociais		4.167	(1.388)
Tributos a recolher		79	(3.006)
Partes relacionadas		(124.848)	12.638
Liquidação de Provisões	18 (a)	(8)	(65)
Receita diferida - obrigação por performance		(31.782)	(211.577)
Demais obrigações e outros passivos		14.588	(26.882)
		<u>(16.356)</u>	<u>(15.721)</u>
Caixa aplicado nas atividades operacionais		<u>(16.356)</u>	<u>(15.721)</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.076)	(10.909)
		<u>(17.432)</u>	<u>(26.630)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado	13	(1.074)	(2.202)
Aumento de capital social	1.1 (a)	51.000	
		<u>48.564</u>	<u>(2.202)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Liquidação arrendamentos	15 (b)	(1.400)	(2.901)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		<u>(1.400)</u>	<u>(2.901)</u>
Acrécimo (decrécimo) em caixa e equivalentes de caixa			
		<u>29.732</u>	<u>(31.733)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>37.630</u>	<u>69.363</u>
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		<u>67.362</u>	<u>37.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

1 Considerações gerais

A Votener – Votorantim Comercializadora de Energia Ltda. ("Empresa" ou "Votener") tem por objetivo a comercialização de energia elétrica, prestação de serviços de intermediação de negócios e assessoria relacionados à comercialização de energia elétrica.

A Empresa é controlada direta da Votorantim Geração de Energia S.A. ("VGE"), e indireta da Votorantim S.A. ("Controladora" ou "VSA"). A VSA é uma companhia de capital fechado, integralmente controlada pela família "Ermírio de Moraes", e que constitui a *holding* das empresas Votorantim, com sede na cidade de São Paulo, Brasil.

As atividades da Votener são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

Os termos abaixo são utilizados ao longo destas demonstrações financeiras de forma abreviada:

- Ambiente de Contratação Regulada ("ACR");
- Ambiente de Contratação Livre ("ACL");
- Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE").

1.1 Principais eventos ocorridos durante o exercício de 2020

(a) Aumento de capital social

Em 17 de novembro de 2020, em Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o aumento do capital social no montante de R\$ 51.000, passando o capital social de R\$ 53.383 (dividido em 53.384.442 quotas) para R\$ 104.383 (dividido em 104.384.442 quotas).

(b) Efeitos da pandemia provocada pelo novo Coronavírus (COVID-19)

Em razão da pandemia declarada pela Organização Mundial de Saúde (OMS), relacionada ao novo Coronavírus (COVID-19) que vem afetando o Brasil e diversos países no mundo, trazendo riscos à saúde pública e impactos na economia mundial, a Empresa informa que, de acordo com um Plano Corporativo de Resposta a esta pandemia, vêm tomando as medidas preventivas e de mitigação dos riscos em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais, visando minimizar, ao máximo possível, eventuais impactos no que se refere à saúde e segurança dos seus colaboradores, familiares, parceiros e comunidades, e à continuidade das operações e do negócio.

O Comitê de Crise da controladora VGE está tratando o assunto com o objetivo de coordenar as ações relacionadas ao plano de contingência buscando minimizar os riscos associados, bem como os impactos para os seus negócios. A Empresa está avaliando o assunto também junto aos seus clientes, fornecedores e demais credores e até o momento não foram identificados impactos materiais para os seus negócios.

Neste cenário, a Empresa avaliou as seguintes estimativas nas demonstrações financeiras:

(i) Perdas de crédito esperadas decorrentes dos impactos do COVID-19

A Empresa avaliou a posição do saldo do contas a receber em 31 de dezembro de 2020 e não identificou créditos de difícil recuperação ou de liquidação duvidosa. Tal análise foi feita com base nas políticas contábeis da Empresa e na avaliação da situação financeiras dos credores.

(ii) Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

A Empresa avaliou os indicativos de desvalorização de ativos decorrentes da pandemia e concluiu que não há indicativos de mudança no valor recuperável de seus ativos imobilizados e intangíveis.

(iii) Cumprimento de obrigações assumidas com clientes e fornecedores

A Empresa avaliou seus principais contratos de fornecimento e suprimento, junto a clientes e fornecedores, respectivamente, e concluiu que, apesar dos impactos causados pela pandemia, as obrigações contratuais foram cumpridas e, portanto, nesse momento não há evidências ou formalizações de insolvência ou falta de liquidez dos contratos.

Por fim, até o presente momento, a Empresa não teve impactos materiais em suas operações por conta da COVID-19. Entretanto, considerando que a Empresa está exposta a riscos operacionais decorrentes de eventuais restrições legais que possam ser impostas como decorrência da COVID-19, não é possível assegurar que não será impactada em suas operações ou se seus resultados serão afetados por reflexos futuros que a pandemia poderá provocar.

2 Apresentação das demonstrações financeiras e resumo das práticas contábeis

2.1 Base de apresentação

(a) Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, vigentes em 31 de dezembro de 2020, o que inclui os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de Relatório Financeiro (*International Financial Reporting Standards* (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)) e interpretações “IFRIC”, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação das demonstrações financeiras considerou a base contábil de continuidade operacional, o custo histórico como base de valor, e no caso de certos ativos e passivos financeiros, inclusive compromissos firmes de compra e venda de energia, foram ajustados para refletir a mensuração ao valor justo.

As demonstrações financeiras requerem o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Empresa no processo de aplicação de suas práticas contábeis. As áreas que requerem maior nível de julgamento e apresentam maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 4.

(b) Aprovação das demonstrações financeiras

A emissão destas demonstrações financeiras foi aprovada pela Administração em 08 de março de 2021.

2.2 Moeda funcional e de apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional e de apresentação da Empresa é o Real (“R\$”).

3 Novas normas, alterações e interpretações de normas emitidas pelo CPC e IASB

3.1 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis adotadas pela Empresa

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2020:

- (i) Definição de material: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis” e IAS 8 / CPC 23 “Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro”;

- (ii) Definição de negócio: alterações ao IFRS 3 / CPC 15 “Combinação de Negócios”;
- (iii) Reforma da IBOR (*Interbank Offered Rate*): alterações ao IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38 e IFRS 7 / CPC 40 - “Instrumentos Financeiros”;
- (iv) Estrutura Conceitual Revisada para Relatórios Financeiros;
- (v) Benefícios Relacionados à COVID-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 (R2) “Arrendamentos”.

A Empresa analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis.

3.2 Novas normas emitidas e emendas as normas contábeis ainda não adotadas pela Empresa

As seguintes alterações de normas emitidas pelo IASB serão adotadas pela primeira vez em exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2021:

- (i) Classificação de passivos entre circulante e não circulante: alterações ao IAS 1 / CPC 26 “Apresentação das Demonstrações Contábeis”;
- (ii) Ganhos com a venda de estoques produzidos enquanto o ativo não está pronto para uso: alterações ao IAS 16 / CPC 27 “Ativo imobilizado”;
- (iii) Adoção inicial do IFRS em subsidiárias: alterações ao IFRS 1 / CPC 37 “Adoção inicial das normas internacionais de contabilidade”;
- (iv) Custos de empréstimos no teste de desreconhecimento de passivos financeiros: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”;
- (v) Incentivos em arrendamentos: alterações ao IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”
- (vi) Custo no cumprimento de contratos onerosos: alterações ao IAS 37 / CPC 25 “Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes”;
- (vii) Concessões relacionadas ao COVID-19: alterações ao IFRS 17 “Contratos de seguro”;
- (viii) Reforma das IBORs: alterações ao IFRS 9 / CPC 48 “Instrumentos financeiros”, IAS 39 / CPC 38 “Instrumentos financeiros – reconhecimento e mensuração, IFRS 7 / CPC 40 “Instrumentos financeiros: evidênciação”, IFRS 4 / CPC 11 “Contratos de seguro” e IFRS 16 / CPC 06 “Arrendamentos”.

A Empresa analisou as emendas às normas contábeis mencionadas acima e não identificou impactos em suas políticas operacionais e contábeis a serem adotados retrospectivamente ou no início do exercício de 2021.

4 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

Com base em premissas, a Empresa faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas e julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

As estimativas contábeis raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam risco significativo, com probabilidade de causar ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas nas respectivas notas:

- (i) Contas a receber de clientes (Nota 9)
- (ii) Contratos futuros de energia (Nota 12)
- (iii) Imobilizado (Nota 13)
- (iv) Intangível (Nota 14)
- (v) Arrendamentos (Nota 15);
- (vi) Imposto de renda e contribuição social diferidos (Nota 17)
- (vii) Provisões (Nota 19).

5 Gestão de risco financeiro

5.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Empresa estão expostas a diversos riscos financeiros, a saber: (a) risco de mercado; (b) risco de crédito e (c) risco de liquidez.

Para atenuar os efeitos diversos de cada fator de risco de mercado, a Empresa segue a Política Financeira Votorantim, aprovada pelo Conselho de Administração da VSA, com o objetivo de estabelecer a governança e suas macro diretrizes no processo de gestão de riscos financeiros, assim como indicadores de mensuração e acompanhamento.

O processo de gestão de riscos financeiros objetiva a preservação da liquidez e a proteção do fluxo de caixa e de seus componentes operacionais (receitas e custos) e financeiros (ativos e passivos financeiros) contra eventos adversos de mercado, tais como oscilações de preços de moedas e de taxas de juros e contra eventos adversos de crédito.

(a) Risco de mercado

A Empresa adota política específica para a gestão de riscos de mercado de energia, aprovada pelo Conselho de Administração da VGE, a qual estabelece parâmetros que visam o controle da exposição da carteira de compra e venda de energia da comercializadora assim como seus riscos inerentes, decorrentes da variação dos preços *spot* de energia, das projeções de preços futuros e da composição do lastro de energia para planos futuros.

(b) Risco de crédito

As aplicações financeiras (alocação de caixa) criam exposição a risco de crédito de contrapartes e emissores. A Empresa tem como política trabalhar com emissores que possuam, no mínimo, avaliação de duas das seguintes agências de *rating*: Fitch Ratings, Moody's ou Standard & Poor's. O *rating* mínimo exigido para as contrapartes é "A" (em escala local) ou "BBB-" (em escala global), ou equivalente. Para ativos financeiros cujos emissores não atendem às classificações de risco de crédito mínimas anteriormente descritas, são aplicados, como alternativa, critérios aprovados pelo Conselho de Administração da VSA.

A qualidade de crédito dos ativos financeiros está descrita na Nota 7. Os *ratings* divulgados nesta nota, sempre são os mais conservadores das agências mencionadas.

São realizadas análises de crédito iniciais dos clientes e, quando necessário, são obtidas garantias para proteger os interesses da Empresa.

(c) Risco de liquidez

O risco de liquidez é gerenciado de acordo com a Política Financeira Votorantim, visando garantir recursos líquidos suficientes para honrar os compromissos financeiros da Empresa no prazo e sem custo adicional. Um dos principais instrumentos de medição e monitoramento da liquidez é a projeção de fluxo de caixa, observando-se um prazo mínimo de 12 meses de projeção a partir da data de referência.

A gestão de liquidez e endividamento adota métricas compatíveis às companhias *investment grade* fornecidas por agências classificadoras de riscos de abrangência global.

A tabela a seguir analisa os principais passivos financeiros da Empresa, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento.

	Até 1 ano	Entre 1 e 3 anos	Entre 3 e 5 anos	Total
Em 31 de dezembro de 2020				
Arrendamentos (i)	926	1.243		2.169
Fornecedores	372.106			372.106
	<u>373.032</u>	<u>1.243</u>		<u>374.275</u>
Em 31 de dezembro de 2019				
Arrendamentos (i)	1.401	2.692	836	4.929
Fornecedores	393.159			393.159
	<u>394.560</u>	<u>2.692</u>	<u>836</u>	<u>398.088</u>

(i) Os valores incluídos na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

5.2 Estimativa do valor justo

Os principais instrumentos financeiros ativos e passivos são descritos a seguir, bem como as premissas para sua valorização:

Ativos financeiros - considerando-se a natureza e os prazos, os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

Passivos financeiros - estão sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. O valor de mercado foi calculado tendo por base o valor presente do desembolso futuro de caixa, usando-se taxas de juros atualmente disponíveis para emissão de débitos com vencimentos e termos similares.

Contratos futuros de energia - O valor justo desses instrumentos financeiros é estimado com base, em parte, nas cotações de preços publicadas em mercados ativos, na medida em que tais dados observáveis de mercado existam, e, em parte, pelo uso de técnicas de avaliação, que consideram: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda; (ii) margem de risco no fornecimento e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. Sempre que o valor justo no reconhecimento inicial para esses contratos difere do preço da transação, um ganho ou perda de valor justo é reconhecido em Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas.

A Empresa divulga as mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;

Nível 2 - Informações, além dos preços cotados, incluídas no nível 1 que são adotadas pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços);

Nível 3 - Inserções para os ativos ou passivos que não são baseadas nos dados adotados pelo mercado (ou seja, inserções não-observáveis).

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, os ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo foram classificados no nível 1 e 2 de hierarquia do valor justo, vide classificação abaixo.

	Nota	Valor justo medido com base em				Valor contábil	
		Nível 1		Nível 2		2020	2019
		2020	2019	2020	2019		
Ativo							
Equivalente de caixa	8	67.173	37.462			67.173	37.462
Contratos futuros de energia	12			57.895	29.267	57.895	29.267
		67.173	37.462	57.895	29.267	125.068	66.729
Passivo							
Contratos futuros de energia	12				54.341		54.341

5.3 Demonstrativo da análise de sensibilidade

Os principais fatores de risco que impactam a precificação dos instrumentos financeiros em equivalentes de caixa e de contratos futuros de energia são (i) a exposição à flutuação das taxas de juros e (ii) a exposição dos contratos de compra e venda de energia elétrica. Os cenários para estes fatores são elaborados utilizando fontes de mercado e fontes especializadas.

Os cenários em 31 de dezembro de 2020 estão descritos abaixo:

Cenário I - Considera choque nas curvas e cotações de mercado de 31 de dezembro de 2020, conforme cenário base definido pela Administração para 31 de março de 2021;

Cenário II - Considera choque de + ou - 25% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020;

Cenário III - Considera choque de + ou - 50% nas curvas de mercado de 31 de dezembro de 2020.

Fatores de risco	Equivalentes de caixa	Contratos futuros de energia	Unidade	Choque nas curvas de 2020	Cenário I Resultados do cenário I	Impactos no resultado			
						Cenários II & III			
						-25%	-50%	+25%	+50%
Taxas de juros									
CDI 1,90%	67.173		BRL mil	1 bps*	4	(319)	(638)	319	638
Contratos futuros de energia									
Contratos de compra e venda		57.895	BRL mil			116.892	233.784	(116.892)	(233.784)

* *basis points*

6 Instrumentos financeiros por categoria

Política contábil

A Empresa classifica seus instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para a qual os mesmos foram adquiridos e determina a classificação destes no seu reconhecimento inicial, conforme as seguintes categorias:

(a) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Têm como característica a sua negociação ativa e frequente nos mercados financeiros. Esses instrumentos são mensurados por seu valor justo, e suas variações são reconhecidas no resultado do exercício.

A Empresa realiza operações de compra e venda de energia para atender a demanda de investidas da VSA e do mercado. Tais operações de compra e venda de energia são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros, devido ao fato de que são liquidadas em energia, e prontamente conversíveis em dinheiro. Tais contratos são contabilizados como derivativos segundo o IFRS 9/CPC 48 – “Instrumentos financeiros” e são reconhecidos no balanço patrimonial pelo valor justo, na data em que o derivativo é celebrado, e é reavaliado a valor justo na data do balanço.

(b) Instrumentos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes

Instrumentos financeiros que satisfaçam o critério de termos contratuais, que deem origem a fluxos de caixa que seja exclusivamente o pagamento de principal e juros e seja mantido em um modelo de negócios, cujo objetivo seja atingido tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, quando aplicável.

(c) Instrumentos financeiros ao custo amortizado

Instrumentos financeiros mantidos em um modelo de negócios cujo objetivo seja obter fluxos de caixa contratuais e seus termos contratuais deem origem a fluxos de caixa que sejam exclusivamente o pagamento de principal e juros. Os instrumentos nessa classificação são mensurados ao custo amortizado.

A seguir são demonstrados os instrumentos financeiros por categoria:

	Nota	2020	2019
Ativo			
Ao custo amortizado			
Contas a receber de clientes	9	396.925	444.581
Partes relacionadas	11		27.122
		<u>396.925</u>	<u>471.703</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Equivalentes de caixa	8	67.173	37.462
Contratos futuros de energia	12	57.895	29.267
		<u>125.068</u>	<u>66.729</u>
Passivo			
Ao custo amortizado			
Fornecedores	16	372.106	393.159
Arrendamentos	15 (b)	1.678	4.177
		<u>373.784</u>	<u>397.336</u>
Ao valor justo por meio do resultado			
Contratos futuros de energia	12		54.341
			<u>54.341</u>

7 Qualidade de créditos dos ativos financeiros

A tabela a seguir reflete a qualidade de crédito dos emissores e das contrapartes em operações de caixa e equivalentes de caixas:

	Rating local	
	2020	2019
Caixa e equivalentes de caixa		
AAA	24.478	37.606
AA+	42.877	8
AA	4	13
AA-	3	3
	<u>67.362</u>	<u>37.630</u>

Os *ratings* decorrentes de classificação interna foram extraídos de agências de *rating* (*Standard & Poor's*, *Moody's* e *Fitch Ratings*). Para apresentação foi considerado o padrão de nomenclatura das mesmas.

8 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil

Incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, cujos vencimentos originais são inferiores a três meses, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor.

O caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional compreendem disponibilidades em contas correntes bancárias e títulos públicos ou de instituições financeiras, indexados à taxa de depósito interbancário.

As aplicações financeiras possuem taxa média de remuneração entre 98,10% e 101,50% do CDI.

	2020	2019
Moeda nacional		
Caixa e bancos	189	168
Quotas de fundos de investimentos	67.173	37.462
	<u>67.362</u>	<u>37.630</u>

As quotas de fundo de investimento pertencem a um fundo exclusivo da Votorantim. O controle das operações deste fundo exclusivo é feito pela tesouraria da VSA, e as operações são compostas substancialmente por certificados de depósitos bancários, operações compromissadas e títulos públicos.

	2020	2019
Quotas de fundos de investimento		
Operações compromissadas - Títulos públicos	20.171	35.544
Letras Financeiras do Tesouro - LFTs	47.002	1.918
	<u>67.173</u>	<u>37.462</u>

9 Contas a receber de clientes

Política contábil

Correspondem aos valores pela transação de comercialização de energia elétrica ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Empresa. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos as perdas de crédito esperadas.

Mensalmente, a área de Planejamento e Gestão Financeira da Empresa analisa a posição de vencimentos da carteira de clientes e seleciona os clientes que apresentem saldos vencidos para avaliar a situação específica de cada um, bem como exerce o julgamento sobre o risco de perda envolvido. O resultado desse julgamento estabelece o montante financeiro a ser contabilizado como *impairment*.

(a) **Composição**

	Nota	2020	2019
Clientes nacionais		318.101	278.084
Créditos a receber com a CCEE		290	27.610
Partes relacionadas	11	80.532	138.887
		398.923	444.581
Perda de crédito esperada		(1.998)	
		396.925	444.581

Clientes nacionais e partes relacionadas são representados, substancialmente por contas a receber negociados pela Empresa no ambiente de comercialização livre. Normalmente, possuem prazo de recebimento entre 45 e 60 dias.

Créditos a receber com a CCEE decorrem do mecanismo de fechamento de posição energética na CCEE, que ajusta as receitas e custo apurados mensalmente por meio das exposições energéticas (diferença entre volume comprado e vendido), podendo representar um valor a receber ou a pagar. De acordo com as regras da CCEE, esses valores geralmente são liquidados entre 45 e 60 dias.

(b) **Vencimentos de contas a receber**

	2020	2019
A vencer	395.601	419.518
Vencidos até 3 meses	612	25.058
Vencidos entre 3 a 6 meses	447	5
Vencidos há mais de 6 meses	2.263	
	398.923	444.581

As garantias sobre as vendas de energia no mercado de curto prazo são determinadas de acordo com as regras de mercado estabelecidas pela CCEE e ANEEL.

No caso das vendas no mercado livre, após o vencimento, há a incidência de multa sobre o valor das faturas em atraso, corrigidas monetariamente pela variação do IPCA ou IGP-M (dependendo do tipo de contrato) desde a referida data de vencimento até a data do efetivo pagamento, incluindo também juros de mora.

(c) **Qualidade dos créditos de contas a receber “a vencer”**

	2020	2019
Risco médio	290	55.429
Risco baixo	396.451	364.089
	396.741	419.518

Os valores citados acima referem-se a itens de clientes nacionais e partes relacionadas, não vencidos e não *impaired*.

A qualidade dos riscos de crédito é definida conforme modelos estatísticos internos de *risk scoring*, dentro dos padrões de risco aceitáveis pela Empresa.

Risco médio - clientes onde não é possível fazer uma avaliação de crédito satisfatória, porém com alto vínculo regulatório e liquidação ao mercado de curto prazo (CCEE).

Risco baixo - clientes com uma avaliação de crédito satisfatória dentro dos limites definidos pela política aprovada pela Administração da Empresa.

10 Tributos a recuperar

	2020	2019
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS (i)	3.747	4.860
Programa de Integração Social - PIS (i)	940	1.160
Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - IRPJ e CSLL	527	910
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	430	430
Outros	18	34
	<u>5.662</u>	<u>7.394</u>
Circulante	5.232	6.964
Não circulante	430	430
	<u>5.662</u>	<u>7.394</u>

(i) Recuperação de crédito de PIS/COFINS sobre contratos de intermediação de energia.

11 Partes relacionadas

Política contábil

As transações com partes relacionadas são realizadas pela Empresa em condições estritamente comutativas, observando-se os preços e condições usuais de mercado e, portanto, não geram qualquer benefício indevido às suas contrapartes ou prejuízos à Empresa. No curso normal das operações, a Empresa realiza contratos com partes relacionadas (coligadas e acionistas), relacionados, principalmente, à compra e venda de energia e serviços.

	Contas a receber de clientes (Nota 9)		Ativo circulante		Fornecedores (Nota 16)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedade controladora						
Votorantim S.A.					523	792
Sociedades coligadas						
Baesa-Energética Barra Grande S.A.		1.161				
Campos Novos Energia S.A.		7.421				
CBA Energia Participações S.A.	2.670	6.996				6.653
Citrosuco S.A. Agroindústria	864	71				
Citrovita Agroindustrial		4.281				116
Companhia Brasileira de Alumínio	35.316	82.251		27.122		107.456
Companhia Energética de São Paulo	2.212	2.121				3.955
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	949	1.177				1.202
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	594	1.192				
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	629	1.312				
Metalex Ltda.	83	188				
CBA Itapissuma Ltda.	26					
Nexa Recursos Minerais S.A	706	2.291				
Pollarix S.A.	1.763					
Santa Cruz Geração de Energia S.A.						3.709
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	8	21				236
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	10	26				77
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	9	25				178
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	9	25				264
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	6	6				10
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	9	9				17
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	10	10				19
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	6	6				10
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	4	22				10
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	8	8				15
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	8	8				14
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	9	9				16
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	2	101				5
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	7	22				354
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	9	9				181
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	10	24				62
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	11	11				20
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	5.373	8.122				
Votorantim Cimentos S.A.	29.212	19.961				
	<u>80.532</u>	<u>138.887</u>		<u>27.122</u>	<u>523</u>	<u>125.371</u>

	Vendas (Nota 20)		Compras		Receita Financeira (Nota 23)	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Sociedade controladora						
Votorantim S.A.				3.935		
Sociedades coligadas						
Baesa-Energética Barra Grande S.A.		25.058	57.118			
Campos Novos Energia S.A.		80.669				
CBA Energia Participações S.A. (i)	4.325	6.996				
CBA Itapissuma Ltda.	26					
Citrosuco S.A. Agroindústria	20.065	37.896				
Citrovita Agroindustrial	4.243	1.805				
Companhia Brasileira de Alumínio (ii)	372.038	1.012.941	595.468	1.101.140	7.552	90.624
Companhia Energética de São Paulo	17.503	12.588	53.888	4.534		
L.D.Q.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	9.320	5.553				
L.D.O.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	5.487	11.935				
L.D.R.S.P.E. Empreendimentos e Participações Ltda	6.690	7.792				
Nexa Recursos Minerais S.A.	14.340	15.489				
Pollarix S.A.	19.281					
Santa Cruz Geração de Energia S.A.			860			
Fibria Celulose S.A. (atualmente Suzano S.A.)				2.695		
Ventos de Santa Albertina Energias Renováveis S.A.	1.020	103	3.037	1.627		
Ventos de Santo Afonso Energias Renováveis S.A.	239	203	1.039	1.821		
Ventos de Santo Agostinho Energias Renováveis S.A.	602	129	2.370	1.563		
Ventos de Santo Alberto Energias Renováveis S.A.	837	183	3.556	1.564		
Ventos de Santo Augusto I Energias Renováveis S.A.	150	111	150	358		
Ventos de Santo Augusto II Energias Renováveis S.A.	199	110	522	325		
Ventos de Santo Augusto VI Energias Renováveis S.A.	248	152	710	382		
Ventos de Santo Augusto VII Energias Renováveis S.A.	195	163	722	233		
Ventos de Santo Augusto VIII Energias Renováveis S.A.	132	164	124	201		
Ventos de Santo Estevão I Energias Renováveis S.A.	179	109	508	292		
Ventos de Santo Estevão II Energias Renováveis S.A.	147	71	330	268		
Ventos de Santo Estevão III Energias Renováveis S.A.	280	213	998	811		
Ventos de Santo Estevão V Energias Renováveis S.A.	316	711	47	3.610		
Ventos de São Adeodato Energias Renováveis S.A.	1.408	120	4.453	1.779		
Ventos de São Casimiro Energias Renováveis S.A.	616	133	2.531	1.511		
Ventos de São Vinícius Energias Renováveis S.A.	278	196	893	1.578		
Ventos de São Virgílio II Energias Renováveis S.A.	275	216	814			
Votorantim Cimentos N/NE S.A.	36.661	31.920	16.986	12.336		
Votorantim Cimentos S.A.	382.335	273.087				
	<u>899.435</u>	<u>1.526.816</u>	<u>747.124</u>	<u>1.142.563</u>	<u>7.552</u>	<u>90.624</u>

(i) Variação em vendas e compras de energia, decorrentes de novas negociações.

(ii) Variação decorrente da redução no volume de vendas em 390 MWm e do volume de compras em 195 MWm, relativos ao Leilão Leilão A-0/ 2014.

12 Contratos futuros de energia

As operações realizadas pela Empresa até 2023, no ACL, foram reconhecidas pelo seu valor justo na data de fechamento de cada operação. No exercício de 2020, a realização do valor justo destas operações, decorrente de liquidação física dos contratos de compra e venda de energia, resultou em uma perda de R\$ 10.668 (R\$ 111.670 de perda em 2019). Esses valores foram contabilizados na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 22).

Os contratos do Leilão A-0/2014 foram liquidados na sua totalidade em dezembro de 2019.

	Operações no ACL	
	2020	2019
Ativo		
Circulante	49.293	
Não circulante	8.602	29.267
	57.895	29.267
Passivo		
Circulante		(54.341)
Saldo líquido	57.895	(25.074)

	2020		2019	
	Operações no ACL	Leilão A-0/ 2014	Demais operações	Total
Realização	(10.668)	(31.051)	(80.619)	(111.670)
Reconhecimento	93.637		46.106	46.106
Reversão		(1.484)		(1.484)
	82.969	(32.535)	(34.513)	(67.048)

13 Imobilizado

Política contábil

É demonstrado pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados à aquisição ou construção de ativos qualificáveis.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando é provável que irão gerar benefícios econômicos futuros associados ao item e quando seu custo pode ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado.

Reparos e manutenções são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo das principais reformas é acrescido ao valor contábil do ativo quando os benefícios econômicos futuros ultrapassam o padrão de desempenho inicialmente estimado para o ativo em questão. As reformas são depreciadas ao longo da vida útil econômica restante do ativo relacionado.

Com exceção dos terrenos, que não são depreciados, a depreciação dos ativos imobilizados é calculada pelo método linear, considerando os custos e os valores residuais durante a vida útil estimada.

Ganhos e perdas por alienações são determinados pela comparação do valor da venda com o valor contábil e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" na demonstração do resultado.

Impairment do imobilizado

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável quando o valor contábil é maior do que o valor recuperável estimado, de acordo com os critérios adotados pela Empresa para determinar o valor recuperável.

Os ativos que estão sujeitos à depreciação são revisados para verificar a necessidade de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil pode não ser recuperável.

A Administração não identificou a necessidade de provisões para *impairment* adicionais ou reversões de provisões anteriormente realizadas para os ativos imobilizados.

(a) Composição e movimentação

						2020	2019
	Terras, terrenos e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Obras em andamento	Total	Total
Saldo no início do exercício							
Custo	8.627	834	1.994	1.886	22.532	35.873	36.845
Depreciação acumulada		(799)	(106)	(724)		(1.629)	(989)
Saldo líquido	8.627	35	1.888	1.162	22.532	34.244	35.856
Adições					1.074	1.074	2.202
Depreciação		(64)	(201)	(377)		(642)	(640)
Transferências (i)		460	52		(2.176)	(1.664)	(3.174)
Saldo final	8.627	431	1.739	785	21.430	33.012	34.244
Custo	8.627	1.294	2.046	1.886	21.430	35.283	35.873
Depreciação acumulada		(863)	(307)	(1.101)		(2.271)	(1.629)
Saldo líquido no final do exercício	8.627	431	1.739	785	21.430	33.012	34.244
Taxas médias anuais de depreciação - %		20	10	20			

(i) Transferências realizadas da classe de “Obras em andamento” para as classes de “Máquinas, equipamentos e instalações” e “Móveis e utensílios” do imobilizado e para a classe de “Softwares” do intangível.

(b) Obras em andamento

	2020	2019
Projeto Corumbá - GO (i)	20.720	20.355
Projetos de tecnologia da informação	710	2.177
	21.430	22.532

(i) O Projeto Corumbá tem como objetivo viabilizar o aproveitamento de pequenas centrais hidrelétricas (“PCHs”) no Rio Corumbá, no estado de Goiás. Em 2017 e 2018, após etapa concorrencial realizada pela ANEEL, do total de 17 PCHs do projeto, a Empresa venceu a disputa de 11 PCHs. As 11 PCHs totalizam aproximadamente 265 MW de capacidade instalada e 160 MW médios de energia assegurada.

(ii) Os projetos de TI visam a automatização e ganho de produtividade em processos da Empresa, com a implementação de novas tecnologias voltadas ao relacionamento com o cliente, planejamento financeiro, *Big Data*, entre outras.

14 Intangível

Política contábil

Softwares

As licenças adquiridas e os custos de desenvolvimento diretamente atribuíveis aos softwares são registrados no ativo intangível. Esses custos são amortizados durante sua vida útil estimável de cinco anos.

Os custos associados à manutenção de softwares são reconhecidos como despesa, quando incorridos.

(a) Composição e movimentação

	<i>Softwares</i>	
	2020	2019
Saldo no início do exercício		
Custo	4.313	1.138
Amortização acumulada	(1.922)	(478)
Saldo líquido	2.391	660
Amortização	(1.636)	(1.443)
Transferências (i)	1.664	3.174
Saldo final	2.419	2.391
Custo	5.977	4.313
Amortização acumulada	(3.558)	(1.922)
Saldo líquido no final do exercício	2.419	2.391
Taxa média anual de amortização - %	20	20

(i) Transferências advindas da classe de “Obras em andamento” do imobilizado.

15 Arrendamentos

(a) Direito de uso sobre contratos de arrendamento

	2020			2019
	Imóveis, edifícios e salas comerciais	Veículos	Total	Total
Saldo no início do exercício				
Custo	6.145	422	6.567	
Amortização acumulada	(2.367)	(130)	(2.497)	
Saldo líquido	3.778	292	4.070	
Adoção inicial				11.106
Amortização	(2.386)	(130)	(2.516)	(2.497)
Baixa				(4.539)
Saldo final	1.392	162	1.554	4.070
Custo	6.145	422	6.567	6.567
Amortização acumulada	(4.753)	(260)	(5.013)	(2.497)
Saldo líquido no final do exercício	1.392	162	1.554	4.070
Taxas médias anuais de amortização - %	26	31		

(b) Arrendamentos

	2020	2019
Saldo no início do exercício	4.177	
Adoção inicial		11.106
Liquidações	(1.400)	(2.901)
Baixa	(1.362)	(4.661)
Ajuste a valor presente (i)	263	633
Saldo no final do exercício	<u>1.678</u>	<u>4.177</u>
Circulante	873	1.346
Não circulante	805	2.831
	<u>1.678</u>	<u>4.177</u>

(i) A taxa de juros incremental, ao custo médio das obrigações é de 7,70% a.a. para todos os arrendamentos.

(c) Perfil de vencimento

	2021	2022	2023	Total
Moeda nacional	873	748	57	1.678
	<u>873</u>	<u>748</u>	<u>57</u>	<u>1.678</u>

16 Fornecedores

	Nota	2020	2019
Fornecedores nacionais		371.583	267.788
Partes relacionadas	11	523	125.371
		<u>372.106</u>	<u>393.159</u>

17 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

Política contábil

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem o imposto e contribuição correntes e diferidos. O imposto sobre a renda e a contribuição social são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto e a contribuição social também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

Os encargos de imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos são calculados com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas nas apurações de impostos sobre a renda e contribuição social com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do balanço.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados pelo líquido no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes.

A Empresa está sujeita ao imposto de renda e a contribuição social. A provisão para imposto de renda e contribuição social é calculada com base em alíquotas e regras fiscais em vigor. A Empresa também reconhece provisões por conta de situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando

o resultado dessa avaliação é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais atuais e diferidos no período em que o valor definitivo é determinado.

(a) Reconciliação da despesa de IRPJ e da CSLL

Os valores correntes são calculados com base nas alíquotas em vigor sobre o lucro tributado, acrescido ou diminuído das respectivas adições e exclusões.

Os valores de imposto de renda e contribuição social demonstrados no resultado do exercício apresentam a seguinte reconciliação com base na alíquota nominal:

	2020	2019
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(2.746)	(41.642)
Alíquotas nominais	34%	34%
IRPJ e CSLL calculados às alíquotas nominais	934	14.158
Incentivo fiscal		252
Equivalência patrimonial	(166)	
Prejuízo fiscal e base negativa sem constituição de diferido	(20.818)	
Outras adições permanentes, líquidas	(655)	(3.699)
IRPJ e CSLL apurados	(20.705)	10.711
Correntes	(370)	(12.366)
Diferidos	(20.335)	23.077
IRPJ e CSLL no resultado	(20.705)	10.711
Taxa efetiva %	754,01%	25,72%

(b) Composição dos saldos de impostos diferidos

	2020	2019
Créditos tributários sobre diferenças temporárias		
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social (i)	3.646	
Provisões tributárias, cíveis e trabalhistas	460	451
Perda estimada com crédito de liquidação duvidosa	679	
Provisão de participação no resultado - PPR	8.010	4.476
Instrumento financeiro - compromisso firme	(19.684)	8.525
Outros créditos	84	78
Impostos diferidos líquidos	(6.805)	13.530
Impostos diferidos ativos líquidos		13.530
Impostos diferidos passivos líquidos	(6.805)	

(i) A Empresa constituiu diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa na proporção da existência de lucro tributável futuro para sua realização. A Empresa ainda possui o montante de R\$ 20.818 de diferido ativo sobre prejuízo fiscal e base negativa que não foi constituído.

(c) Efeito do imposto de renda e da contribuição social diferidos

	2020	2019
Saldo no início do exercício	13.530	(9.547)
Efeito no resultado	(20.335)	23.077
Saldo no final do exercício	(6.805)	13.530

18 Provisões

Política contábil

A Empresa tem envolvimento em processos tributários, cíveis, trabalhistas e outras ações judiciais que se encontram em instâncias diversas. As provisões constituídas para fazer face às potenciais perdas decorrentes

dos processos em curso são estabelecidas e atualizadas com base na avaliação da administração, fundamentada na opinião de seus assessores legais e requerem elevado grau de julgamento sobre as matérias envolvidas.

Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e quando possuem provisão correspondente são apresentados de forma líquida em “Provisões”. Os depósitos judiciais que não possuem provisão correspondente são apresentados no ativo não circulante, quando aplicável.

Provisões de ações judiciais de natureza cível e trabalhista

São reconhecidas quando: (i) há obrigação presente legal ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável saída de recursos para liquidar a obrigação; e (iii) o valor pode ser estimado com segurança. Não são reconhecidas provisões em relação às perdas operacionais futuras.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, a qual reflete as avaliações atuais do mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

(a) Composição e movimentação

	2020	2019
Saldo no início do exercício	1.325	2.405
Atualização monetária	38	109
Reversões		(1.124)
Depósitos Judiciais	(42)	
Liquidações	(8)	(65)
Saldo no final do exercício (i)	1.313	1.325

(i) Os valores registrados referem-se a processos judiciais de natureza trabalhista.

(b) Processos com probabilidade de perdas consideradas possíveis

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não há processos judiciais avaliados pelos assessores jurídicos com probabilidade de perda possível.

19 Capital social

Política contábil

É representado exclusivamente por quotas que são classificadas no patrimônio líquido.

Em 31 de dezembro de 2020, o capital social subscrito e totalmente integralizado da Empresa é de R\$ 104.383 (R\$ 53.383 em 31 de dezembro de 2019), composto por 10.438.442 quotas.

20 Receita

Política contábil

A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Empresa segue a estrutura conceitual do IFRS 15/CPC 47 “Receita de contrato com cliente”, baseada no modelo de cinco passos: (i) identificação dos contratos com os clientes; (ii) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação à obrigação de desempenho previstas nos contratos e (v) reconhecimento da receita quando a obrigação de desempenho é atendida.

O modelo de cinco etapas estabelece que uma entidade deve reconhecer receita quando a transferência de bens ou serviços prometidos a clientes em um valor que reflita a contraprestação que a entidade espera ter direito em troca desses bens ou serviços.

Os contratos de venda de energia da Empresa são realizados nos ambientes livre e regulado de comercialização brasileira, sendo registrados integralmente na CCEE, agente responsável pela contabilização e liquidação de todo o sistema integrado nacional (SIN).

A medição contábil do volume de energia a ser faturado decorre do processamento da medição física, ajustada ao rateio das perdas informadas pela CCEE.

O reconhecimento contábil da receita é resultante dos valores a serem faturados aos clientes de acordo com a metodologia e preços estabelecidos em cada contrato, ajustadas às quantidades de energia efetivamente geradas, quando aplicável. Esses ajustes decorrem do mecanismo da CCEE que verifica a exposição líquida da Empresa (vendas, geração, compras e consumo), denominado balanço energético.

Os mecanismos explicados acima resultam no reconhecimento da receita bruta, ao seu valor justo, apresentada líquida de qualquer imposto sobre venda, na medida em que for provável que benefícios econômicos fluirão para a Empresa.

	2020	2019
Receita bruta		
Venda de energia elétrica	3.093.064	3.171.171
Venda de serviços	2.238	2.343
Partes relacionadas	899.435	1.526.816
	<u>3.994.737</u>	<u>4.700.330</u>
Impostos sobre vendas e serviços e outras deduções	(446.732)	(507.820)
Receita líquida	<u>3.548.005</u>	<u>4.192.510</u>

As receitas da Empresa são em sua totalidade em reais e dentro do mercado interno brasileiro.

21 Abertura do resultado por natureza

	2020			2019		
	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total	Custo de compra de energia e dos serviços prestados	Despesas gerais e administrativas	Total
Custo com suprimento de energia	3.537.946		3.537.946	4.078.045		4.078.045
Despesas de benefícios a empregados		57.455	57.455		46.448	46.448
Serviços de terceiros		22.432	22.432		20.633	20.633
Depreciação, amortização e exaustão		4.794	4.794		4.580	4.580
Impostos e taxas		1.035	1.035		652	652
Outras despesas		2.161	2.161		8.497	8.497
	<u>3.537.946</u>	<u>87.877</u>	<u>3.625.823</u>	<u>4.078.045</u>	<u>80.810</u>	<u>4.158.855</u>

(a) Despesas de benefícios a empregados

Política contábil

Participação dos empregados no resultado

São registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Essas provisões são calculadas com base em metas qualitativas e quantitativas definidas pela Administração e contabilizadas no resultado como “Benefícios a empregados”.

	2020	2019
Remuneração direta	40.527	29.853
Encargos sociais	13.232	12.309
Benefícios	3.696	4.286
	57.455	46.448

22 Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	2020	2019
Demais operações - Reconhecimento do instrumento financeiro - compromisso firme (i)	93.637	(80.620)
Demais operações - Realização do instrumento financeiro - compromisso firme (i)	(10.668)	13.572
Recuperação de créditos de PIS/COFINS		10.708
Reversão de provisões judiciais		1.124
Provisão de perda esperada (ii)	(1.998)	
Outras receitas (despesas) líquidas	2.981	(1.138)
	83.952	(56.354)

(i) A realização dos contratos futuros de energia impactou a margem bruta em razão da liquidação física dos mesmos.

(ii) Provisão de perda esperada referente ao recebimento de clientes (Nota 9(a)).

23 Resultado financeiro líquido

Política contábil

Receitas (despesas) financeiras

Compreendem os valores de juros sobre obrigações com partes relacionadas, sobre aplicações financeiras e descontos diversos que são reconhecidos no resultado do exercício pelo regime de competência.

	2020	2019
Receitas financeiras		
Juros sobre operações com partes relacionadas (Nota 11)	7.552	90.624
Receita de aplicações financeiras	2.177	4.176
Juros sobre ativos financeiros	102	1.412
Descontos obtidos	13	12
	9.844	96.224
Despesas financeiras		
Juros sobre receita diferida - obrigação por performance	(8.244)	(98.927)
Encargos sobre operações de descontos	(8.634)	(9.241)
PIS e COFINS sobre resultado financeiro	(458)	(4.464)
Comissões sobre operações financeiras	(50)	(126)
Outras despesas financeiras, líquidas	(849)	(2.409)
	(18.235)	(115.167)
	(8.391)	(18.943)

24 Benefícios de plano de pensão

A Empresa patrocina planos de pensão previdenciários privados que são administrados pela Fundação Senador José Ermírio de Moraes (“FUNSEJEM”), um fundo de pensão privado e sem fins lucrativos, que está disponível para todos os empregados. De acordo com o regulamento do fundo, as contribuições dos empregados à FUNSEJEM são definidas de acordo com sua remuneração. Para empregados que possuam remuneração menor do que os limites estabelecidos pelo regulamento, a contribuição definida é de até 1,5% de sua remuneração mensal. Para empregados que possuam remuneração superior aos limites, a contribuição definida é de até 6% da sua remuneração mensal. Podem ser feitas também contribuições voluntárias à FUNSEJEM. Após terem sido efetuadas as contribuições ao plano, nenhum pagamento adicional é exigido pela Empresa.

25 Seguros

A Empresa mantém em vigor apólices de responsabilidade civil dos executivos e diretores, além de cobertura de seguros de riscos patrimoniais. Tais apólices possuem coberturas, condições e limites, considerados, pela Administração, adequados aos riscos inerentes da operação.